

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:**

**O Globo**

[Título: Brasil comprará mais energia de Argentina e Uruguai](#) ..... 3

**Folha de S. Paulo**

[Título: Em discurso na ONU, Temer fala sobre Amazônia, energia e migração](#) ..... 4

**O Estado de S. Paulo**

[Título: Itaipu e a privatização da Eletrobrás](#)..... 13

**Valor Econômico**

[Título: Tarifa de energia poderá ter bandeira vermelha em outubro](#) ..... 16

[Título: Setor cobra rapidez na definição das regras](#)..... 25

[Título: Mudança na CCEE pode afetar Eletrobrás em R\\$ 870 mi](#)..... 26

**Sumário**

**VEÍCULO: O Globo.....3**

Título: Brasil comprará mais energia de Argentina e Uruguai ..... 3

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....4**

Título: Em discurso na ONU, Temer fala sobre Amazônia, energia e migração ..... 4

Título: Seca eleva preço da energia e governo propõe campanha para uso racional ..... 6

Título: Eletrobrás vence Petrobras e libera operação de termelétrica no Amazonas ..... 7

Título: Canadense Brookfield estuda elevar oferta pela Renova Energia em 25%..... 8

Título: Desbloqueio de R\$ 10 bilhões do Orçamento está mais distante ..... 9

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....11**

Título: Demanda global sustenta preços do petróleo..... 11

Título: TCU fará pente-fino em cobrança extra na conta de luz ..... 12

|                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Itaipu e a privatização da Eletrobrás.....                          | 13        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                       | <b>14</b> |
| Título: Descontingenciamento depende de leilão de usinas da Cemig .....     | 14        |
| Título: Tarifa de energia poderá ter bandeira vermelha em outubro .....     | 16        |
| Título: Privatizar é de esquerda .....                                      | 17        |
| Título: Anglo American aguarda licença para iniciar investimento em MG..... | 20        |
| Título: Otimismo moderado para o minério de ferro .....                     | 22        |
| Título: Especialista diz que Samarco só volta no fim de 2018 .....          | 24        |
| Título: Setor cobra rapidez na definição das regras.....                    | 25        |
| Título: Mudança na CCEE pode afetar Eletrobrás em R\$ 870 mi.....           | 26        |
| Título: Braskem terá apenas ações ordinárias .....                          | 28        |
| Título: Curtas .....                                                        | 30        |
| Título: Consumo de aço mantém trajetória de recuperação .....               | 31        |
| Título: CerradinhoBio busca diversificar matérias-primas para etanol .....  | 33        |
| Título: ICMS sobre tarifas de energia elétrica.....                         | 34        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor:****Título: Brasil comprará mais energia de Argentina e Uruguai**

Objetivo é preservar água armazenada nos reservatórios, por causa do período de pouca chuva

BRASÍLIA- - O governo decidiu ontem aumentar o volume de importação de energia elétrica da Argentina e Uruguai. O objetivo é preservar a água armazenada nos reservatórios usados para gerar eletricidade no Brasil. A meteorologia prevê chuvas abaixo da média histórica, nos próximos meses, nas bacias hidrográficas que abastecem as barragens das principais hidrelétricas do país. A falta de chuvas pode levar ao acionamento das térmicas, o que se refletiria na tarifa de energia elétrica. Apesar da importação, o governo informou que “não há risco de desabastecimento de energia no país”. O Brasil já está importando energia do Uruguai. Em agosto, foram comprados, em média, 253 megawatts (MW) por dia do país vizinho, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Este mês, em alguns dias, a importação chegou a 548MW. O Brasil ainda não está importando da Argentina, mas isso ocorrerá.

O aumento na importação será feito “na medida em que for possível”, segundo o **Ministério de Minas e Energia**. Por isso, não foi informado o montante a ser comprado, o que dependerá da necessidade verificada pelo ONS. O contrato com o Uruguai prevê a compra de energia a curto prazo: o Brasil importa dependendo dos preços cobrados pelo país vizinho e da necessidade de consumo nacional. No caso da Argentina, a transação não envolve dinheiro e é feita com um sistema de créditos e débitos de energia. Ou seja, quando o Brasil importa eletricidade, fica um “saldo devedor”, que depois é compensado com o envio de energia para o país vizinho. A decisão de aumentar a importação evita, por exemplo, que seja necessário acionar mais usinas térmicas, que são mais caras e poluentes. Por isso, ficou decidido não aumentar o uso dessas usinas. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia que a medida pode reduzir as chances de aumento na cobrança extra na conta de luz por meio da bandeira tarifária nos próximos meses.

## NORDESTE EM SITUAÇÃO CRÍTICA

O acionamento das térmicas é um dos fatores usados para definir a bandeira. Este mês está em vigor a bandeira tarifária amarela, que implica a cobrança extra de R\$ 2 para cada 100 quilowatts (kWh) hora de energia consumidos. Com a falta de chuvas, porém, existe a chance de que a bandeira volte a ser

vermelha. A decisão de importar energia foi tomada para preservar os reservatórios das hidrelétricas. Dados do ONS apontam um baixo nível dos reservatórios no país. Na Região Sul, está atualmente em 43%. No Norte, em 42%. No sistema Sudeste/ Centro-Oeste, o nível de armazenamento é de 28%. A situação mais crítica é no Nordeste, onde os reservatórios operam apenas com 10,51% da capacidade. Os casos mais graves são dos reservatórios do Rio São Francisco. A barragem de Sobradinho, maior reservatório artificial do planeta, está com apenas 6,15% da capacidade de armazenamento, enquanto a de Três Marias está com 15,39%. O governo também decidiu não usar térmicas mais caras e vai procurar usinas mais baratas, que estão atualmente indisponíveis.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mundo

**Autor:** CLARA BECKER

**Título:** Em discurso na ONU, Temer fala sobre Amazônia, energia e migração

Começou na terça-feira (19) a 72ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e, seguindo a tradição, o presidente do Brasil foi o primeiro chefe de Estado a discursar. Checamos algumas das afirmações ditas por ele na abertura do evento.

**“Os primeiros dados disponíveis para o último ano já indicam diminuição de mais de 20% do desmatamento naquela região [a Amazônia Legal]”**

*Presidente Michel Temer, em discurso feito na ONU no último dia 19*

Desde 1988, o Prodes, projeto vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), municia o governo brasileiro com dados sobre o desmatamento da Amazônia Legal. É com base nele que são estabelecidas as políticas públicas sobre o assunto. O Prodes monitora a área desmatada na Amazônia Legal com o apoio de imagens de satélite e produz relatórios frequentes. Os dados referentes a 2017 ainda não foram publicados.

Com base nas últimas informações, no entanto, constata-se que, entre 2015 e 2016, houve um aumento de 27% no desmatamento dessa região. No ano passado, a Amazônia Legal perdeu 7.893 km<sup>2</sup> de área verde contra 6.207 km<sup>2</sup> no ano anterior.

Ainda vale destacar que, enquanto não são divulgadas as informações oficiais do Prodes relativas ao ano de 2017, ONGs e Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) publicam pesquisas sobre o assunto. O Imazon, que é um instituto de pesquisa do Pará, por exemplo, apontou uma queda de 21% no desmatamento entre julho de 2016 e agosto de 2017.

Beto Veríssimo, pesquisador do Imazon, disse à **Lupa** que presidentes e ministros do meio ambiente do Brasil costumam usar os dados oficiais do Inpe (Prodes) para as suas posições e falas internacionais e que os sistemas de satélite utilizados pelos institutos têm resoluções distintas, e, por isso, registram áreas diferentes.

Em nota, a Presidência reconhece que Temer usou um “dado extraoficial” na ONU, o do Imazon.

**“A energia limpa e renovável no Brasil representa mais de 40% da nossa matriz energética: três vezes a média mundial”**

O Balanço Energético Nacional 2017, que é feito pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao **Ministério de Minas e Energia**, com base em dados do ano anterior, aponta que a participação de energias renováveis na matriz energética brasileira realmente está entre as mais elevadas do mundo.

Em 2016, elas representavam 43,5% do total, acima dos 41,3% registrados em 2015 e dos 39,4% de 2014. De acordo com o mesmo documento, a média mundial em 2014 – último ano disponível para consulta – era de 13,5%. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 9,4%.

**“Acabamos de modernizar também nossa lei de migração, pautados pelo princípio da acolhida humanitária”**

No dia 25 de maio deste ano, o presidente Michel Temer sancionou a Lei de Migração, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, criado durante a ditadura militar e com foco na segurança nacional. Mas o presidente vetou 18 pontos do texto. Entre eles, a possibilidade de um estrangeiro não residente exercer cargo, emprego ou função pública no Brasil. No veto, Temer afirmou que isso seria uma “afronta à Constituição e ao interesse nacional”.

*\*Com a colaboração de Nathalia Afonso, sob a supervisão de Cristina Tardáguila.*

*\*\*Esta reportagem foi publicada na edição impressa do jornal Folha de S.Paulo no dia 20 de setembro de 2017.*

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** NICOLA PAMPLONA DO RIO**Título:** Seca eleva preço da energia e governo propõe campanha para uso racional

A seca prolongada vai ter impactos no custo da energia e o governo decidiu propor o lançamento de uma campanha para que a população reduza o consumo de eletricidade para segurar os preços.

A proposta foi feita em reunião extraordinária do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), convocada para esta terça (19) para avaliar a situação do abastecimento com a estiagem prolongada.

Na segunda (18), os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste do país estavam a 28% de sua capacidade, próximo aos 25% registrados em setembro de 2014, quando o país enfrentou sua pior crise hídrica após o racionamento de 2001.

O CMSE descartou, por enquanto, o uso de térmicas mais caras para poupar água nos reservatórios, mas a expectativa é que a bandeira vermelha na conta de luz seja acionada em outubro.

Este mês, está em vigor a bandeira amarela, que acrescenta R\$ 0,02 por quilowatt-hora (kWh) consumida. Na bandeira vermelha patamar 1, são R\$ 0,03 por kWh. O governo tenta evitar que chegue ao patamar 2, que custa R\$ 0,035 por kWh.

"Tendo em vista o aumento de preço da energia elétrica frente à escassez hídrica, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apresentará, na próxima reunião do CMSE, proposta para viabilização de campanha de conscientização do uso da energia elétrica pela população", diz a nota do CMSE.

Outra medida em estudo é a flexibilização de restrições hidráulicas de algumas hidrelétricas, que estão gerando menos energia para poupar água nos reservatórios.

A previsão é que as chuvas ainda fiquem abaixo da média até a primeira quinzena de outubro. Além disso, o aumento das temperaturas na região Sul, em São Paulo e no Centro Oeste devem contribuir para aumentar o consumo de eletricidade.

Na nota, o CMSE diz que não há risco de falta de energia, apesar da seca, e continuará monitorando as condições de abastecimento.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Eletrobrás vence Petrobras e libera operação de termelétrica no Amazonas

A subsidiária de geração da estatal Eletrobrás no Amazonas foi autorizada na segunda (18) a iniciar a operação comercial de uma grande termelétrica em Manaus, mesmo após a Petrobras se recusar a fornecer combustível para a usina devido à inadimplência da empresa em outros compromissos.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) publicou nesta terça (19) despacho no Diário Oficial da União em que autoriza a Amazonas Geração e Transmissão a acionar a primeira turbina da termelétrica Mauá 3 de forma temporária, no período de 19 de setembro deste ano a 31 de dezembro de 2018.

Segundo nota técnica da agência, a operação em caráter comercial será possível devido a uma decisão judicial.

Anteriormente, a Eletrobrás já havia recorrido à Justiça, também com sucesso, para garantir o gás necessário ao menos à realização dos testes do empreendimento.

"Não havendo uma solução definitiva para o fornecimento do combustível... a Amazonas Energia GT demandou ação judicial e novamente conseguiu decisão judicial, dessa vez garantindo o fornecimento do combustível suficiente para operação comercial da usina até o julgamento do mérito em definitivo", afirma o documento da Aneel, visto pela Reuters.

"Vale frisar que a decisão judicial estabelece multa diária de R\$ 500 mil pelo seu descumprimento", acrescenta a nota técnica.

Orçada em R\$ 1,7 bilhão, a termelétrica Mauá 3 foi autorizada a iniciar testes ainda em maio, mas desde então Eletrobrás e Petrobras vinham negociando o fornecimento de gás para a operação comercial, sem um acordo.

A usina no Amazonas, que somará 591 megawatts em capacidade, tem como objetivo substituir a geração mais cara e poluente de termelétricas a óleo na região. A primeira máquina, acionada nesta segunda-feira, tem 189,55 megawatts.

As obras do empreendimento começaram em 2012, e a usina chegou a aparecer em uma lista de projetos da Eletrobrás que tiveram perdas por corrupção.

No ano passado, a estatal registrou prejuízo de R\$ 67 milhões com Mauá 3 por achados de uma investigação interna sobre irregularidades, disparada após descobertas da Operação Lava Jato, em que autoridades detectaram um enorme esquema de corrupção no Brasil entre políticos, estatais e empresas privadas.

Procuradas, Petrobras e Eletrobrás não responderam de imediato a um pedido de comentário.

### DÍVIDA PROBLEMÁTICA

Dívidas entre subsidiárias da Eletrobrás e a Petrobras ou sua controlada BR Distribuidora pelo fornecimento de combustíveis têm sido uma dor de cabeça constante para as companhias nos últimos anos.

Agora, com a Petrobras em preparação para realizar uma oferta de ações da BR Distribuidora na bolsa ainda neste ano, a companhia tem buscado soluções para as dívidas, ou ao menos um meio de evitar que elas comprometam o IPO em análise.

Nesse sentido, a Petrobras aprovou neste mês uma reestruturação que retirou do balanço da BR Distribuidora os recebíveis junto à Eletrobrás e à própria Petrobras, em troca de um aporte de R\$ 6,3 bilhões na subsidiária. Em seu último balanço, a Petrobras listou cerca de R\$ 10,4 bilhões em contas a receber de empresas do Grupo Eletrobrás.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Canadense Brookfield estuda elevar oferta pela Renova Energia em 25%

A canadense Brookfield Asset Management está avaliando elevar sua proposta pela Renova Energia em 25%, em uma tentativa de convencer os dois maiores acionistas e controladores da empresa de geração limpa a sair da companhia, segundo pessoas com conhecimento direto do assunto.

Sob os termos da nova proposta, a Brookfield deverá oferecer à Cemig e sua controlada Light 11,25% por unit (composta por ação ordinária e duas preferenciais) da Renova, disseram as fontes.

A Brookfield já havia apresentado uma oferta original que avaliou a Renova a R\$ 9 por unit. Cemig e Light possuem 64,6% das ações com direito a voto da Renova.

A Brookfield recusou-se a comentar o assunto. Cemig e Light não comentaram imediatamente a proposta.

A Brookfield teria que desembolsar cerca de R\$ 1 bilhão para ganhar o controle da Renova com a nova proposta, disseram as fontes. A canadense também pode injetar outros R\$ 800 milhões adicionais na Renova ou fechar o capital da companhia.

A Renova tem enfrentado uma forte crise financeira nos últimos anos. As condições da companhia, criada em 2001, se deterioraram significativamente após o fracasso de uma parceria com a norte-americana SunEdison, que posteriormente entrou com pedido de proteção judicial contra credores nos Estados Unidos.

A saída da Renova poderia permitir à Cemig negociar mais rapidamente um reperfilamento de quase R\$ 4 bilhões em dívidas que vencem neste ano. O diretor financeiro da Cemig, Adézio Lima, disse em agosto que a venda da Renova deveria ser fechada em até 60 dias.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Seção: Mercado**

**Autor: MAELI PRADO MARIANA CARNEIRO FLAVIA LIMA DE BRASÍLIA**

**Título: Desbloqueio de R\$ 10 bilhões do Orçamento está mais distante**

O governo trabalha para desbloquear R\$ 10 bilhões do Orçamento no fim desta semana e evitar a paralisação de serviços públicos. Dois riscos, porém, podem afetar essa previsão: o leilão das usinas da Cemig e o uso de precatórios, recursos de sentenças judiciais depositados em bancos estatais.

**A sete dias da data marcada para o leilão de quatro usinas da Cemig, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) ainda não decidiu sobre uma liminar, impetrada pela estatal mineira, pedindo a suspensão da concessão.**

A palavra final está com a ministra Laurita Vaz, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), e a expectativa do governo federal é uma decisão favorável até o fim desta semana. **A não aprovação do leilão significaria uma receita cerca de R\$ 11 bilhões menor.**

Outro problema que a equipe econômica tenta resolver é o repasse de uma parte dos precatórios. O alvo do governo é o dinheiro que, por algum motivo, deixou de ser sacado há mais de dois anos.

Na última programação orçamentária, a avaliação era de que as receitas com o uso desses precatórios seriam de R\$ 10,2 bilhões, mas cerca de R\$ 4 bilhões ainda não foram repassados ao Tesouro pelos bancos públicos, que alegam pendências jurídicas.

A inclusão ou não dessa receita no Orçamento está pendente de um parecer da AGU (Advocacia-Geral da União).

Procurada, a Caixa afirmou que "está cumprindo as disposições da lei dos precatórios aptos para repasse". "Na medida em que cumprem critérios da lei, e não haja impedimento judicial, são repassados na sua integridade."

Com os bloqueios orçamentários adotados pelo governo Michel Temer para obter a meta fiscal, diversos serviços foram afetados nos últimos meses – trabalhos de Funai, Incra, pesquisa sobre preço de combustíveis e emissão de passaportes, por exemplo, já foram afetados em algum momento.

## **PARALISAÇÃO**

A meta do governo é entregar um deficit orçamentário de R\$ 159 bilhões neste ano.

A folga entre a meta atual e a anterior (R\$ 139 bilhões) é de R\$ 20 bilhões. O governo conta com essas diferenças para acomodar eventuais frustrações de receita e liberar despesas hoje congeladas.

A avaliação é que o atual nível de bloqueio de gastos (R\$ 45 bilhões) inviabiliza as atividades em muitas áreas. Por isso, o intuito é liberar parte das despesas na revisão do Orçamento programada para sexta-feira (22).

Entre as receitas em risco está ainda o Refis, que depende de negociações no Congresso. Políticos aliados do governo querem votar a proposta nos próximos dias, mas a equipe econômica afirma que não há acordo sobre alguns pontos do parcelamento de dívidas tributárias.

O prazo de adesão ao Refis foi prorrogado do final de agosto para 29 de setembro, enquanto o governo tenta fechar um acordo com o Congresso para a proposta.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Demanda global sustenta preços do petróleo

A procura pelo petróleo bruto e seus derivados superou as expectativas no segundo trimestre, abrindo espaço para a recuperação das cotações da commodity no mercado global, segundo o último Relatório do Mercado do Petróleo da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), divulgado há dias. Em razão do vigor da demanda, as cotações voltaram à casa dos US\$ 50 o barril para o tipo WTI (West Texas Intermediate) e dos US\$ 55 o barril do tipo Brent, embora o impacto dos furacões Harvey e Irma sobre o mercado do petróleo tenha sido muito menor do que o de furacões anteriores, como o Katrina/Rita, em 2005, e o Gustav/Ike, em 2008. A tendência é de que o impacto atual, que foi maior nas refinarias do que na produção, seja rapidamente absorvido.

A elevação dos preços foi ajudada pela notícia de que dois grandes produtores – a Rússia e a Venezuela – decidiram manter a política de cortes da produção para estimular as cotações. As cotações firmes também explicam os reajustes da gasolina e do óleo diesel no Brasil, frequentes nos últimos dias e que passaram a ser determinados pela Petrobrás, e não mais pelo governo, como ocorria na era petista. No trimestre abril/junho, a demanda global de petróleo foi estimada em 97,9 milhões de barris/dia (b/d) pela IEA, pressionada pelo fortalecimento da economia tanto na zona do euro quanto nos Estados Unidos e na China. A demanda cresceu 2,4% entre os segundos trimestres de 2016 e de 2017 e deverá continuar forte no ano que vem, até atingir a marca de 100 milhões de b/d no quarto trimestre de 2018, segundo as projeções da IEA.

Em agosto, a oferta de petróleo caiu 720 mil b/d em relação a julho, no primeiro declínio nos últimos quatro meses. Nos países exportadores da Opep houve queda na oferta pelo quinto mês consecutivo, mas, por causa do ritmo de produção nas demais regiões, os estoques globais permaneceram inalterados. Em julho, a produção brasileira de petróleo, de cerca de 2,8 milhões de b/d, foi ligeiramente inferior à prevista, mas deverá crescer para 3,2 milhões de b/d até o final de 2018. A mudança da política de mercado da Petrobrás, com fixação diária de preço dos derivados, permitiu reduzir os riscos da empresa, como os de quebra da produção ou de oscilações mais fortes nas cotações internacionais.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: André Borges Fábio Fabrini / BRASÍLIA****Título: TCU fará pente-fino em cobrança extra na conta de luz**

Suspeita é de que sistema de bandeiras tarifárias não inibe consumo e serve apenas para arrecadar mais

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai passar um pente-fino na cobrança das bandeiras tarifárias incluídas na conta de luz. A auditoria sobre os períodos de cobrança extra a todos os consumidores de energia foi decidida após o tribunal coletar indícios de que, na prática, as bandeiras não têm inibido o consumo da população para prevenir eventuais racionamentos, o objetivo principal da medida. Servem apenas como mais uma ferramenta de arrecadação de recursos. O argumento central que embasou a criação das bandeiras tarifárias, em maio de 2015, era adotar um mecanismo mensal que desse um “sinal de preço” para a população, ou seja, um critério que sensibilizasse o usuário para reduzir o consumo. Pelas regras atuais, há quatro bandeiras em vigor. Na bandeira verde, não há taxa extra. A faixa amarela custa R\$ 2,00 para cada 100 kilowatts (kWh) consumidos.

Esse valor sobe para R\$ 3 na bandeira vermelha “patamar 1” e para R\$ 3,50 na bandeira vermelha “patamar 2”. O que os indícios mostram é que, na média, seja qual for a bandeira tarifária em vigor, a população mantém o mesmo consumo. A própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já fez alterações de preços e de patamares das bandeiras, na tentativa de calibrar a cobrança e ter um resultado mais efetivo. A auditoria, que tem como relator o ministro Aroldo Cedraz, deve ser concluída em dezembro. Nesta semana, uma equipe do TCU se reuniu com representantes da Aneel para tratar do assunto. Também será avaliado como as bandeiras têm socorrido as distribuidoras de energia elétrica. Em 2015, as cobranças extras tiveram um superávit de R\$ 1,1 bilhão em relação às previsões iniciais, mas no ano passado apresentaram um déficit de R\$ 1,6 bilhão.

A missão básica das bandeiras é cobrir os rombos financeiros causados pelo “risco hidrológico”, termo usado para classificar o nível de água nos principais reservatórios das hidrelétricas, situação que obriga o acionamento das usinas térmicas, que são mais caras. Daí a criação das bandeiras para pagar essa geração de energia. As bandeiras tarifárias foram criadas no embalo do que o governo batizou de “realismo tarifário”. O que se fez foi retirar do Tesouro Nacional o ônus de bancar as contas bilionárias do setor elétrico – resultado do desarranjo causado durante o processo conturbado de renovação das concessões –, passando essa dívida para as contas de luz.

**Vermelho 2.**

Em outubro, a Aneel deve voltar a acionar a bandeira vermelha. Atualmente, vigora a bandeira amarela. Para decidir maneiras de atender à demanda de forma mais barata e eficiente, integrantes do governo federal e de órgãos do setor elétrico vão se reunir hoje em reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), em Brasília. De acordo com o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, não está descartada a possibilidade de que seja acionado o segundo patamar da bandeira vermelha, que adiciona R\$ 3,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. “O regime hidrológico é desfavorável, o custo da energia é crescente e o custo de acionamento das térmicas mais caras, dentro ou fora da ordem de mérito, vai elevar o custo da geração de energia”, afirmou Rufino. “É possível que no mês que vem possamos acionar a bandeira vermelha no patamar 2? É possível.” / COLABOROU ANNE WARTH

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Opinião****Autor: Luiz Fernando Leone Vianna****Título: Itaipu e a privatização da Eletrobrás**

O que significa para o Brasil desestatizar uma empresa como a Eletrobrás? Primeiro, é um ato corajoso, sob qualquer ponto de vista. Segundo, é a constatação de que o Estado pode abrir mão de controlar alguns setores sem que isso signifique a derrocada de todo o sistema. Lembremos o que ocorreu com a privatização da Telebrás, em 1998. Quando o governo deixou o setor, abriu espaço para empresas investirem bilhões em telefonia fixa e móvel. E a linha de telefone fixo, antes privilégio de poucos e considerada investimento, se universalizou. Em troca do controle da telefonia, o Estado ganhou não só com a venda, mas com investimentos, empregos e aumento da renda. A exemplo da Telebrás, criada em 1965, a Eletrobrás (de 1962) também é produto da década de 1960. Era uma época em que o Estado precisava intervir para garantir serviços básicos, que não eram atraentes para a iniciativa privada. Os tempos mudaram, felizmente. O simples anúncio de privatização da Eletrobrás gerou euforia no mercado.

Sinal de que há interesse em assumir uma empresa que, embora acumule bilhões em dívidas, é importante – até fundamental – para o bom desempenho do setor elétrico brasileiro, um dos maiores e mais bem estruturados do mundo. A entrega do controle da Eletrobrás à iniciativa privada dará “mais competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações”, com a implementação de “requisitos de governança corporativa”, disse o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr. “Com isso teremos novos investidores, novos

sócios, permanecendo o governo como acionista. É um modelo exitoso, já implantado em países como Portugal, França e Itália.” **O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, foi claro quanto aos propósitos do governo: garantir investimentos para assegurar a oferta de energia elétrica de forma eficiente e ao menor preço para a sociedade; valorizar e desenvolver o mercado de capitais, estratégico para a economia brasileira; e gerar mais recursos para financiar políticas públicas federais, estaduais e municipais.

A participação de capital privado na Eletrobrás cresceu a partir de 2008, quando suas ações passaram a ser comercializadas na Bolsa de Nova York. Mas o governo federal detém o controle, como acionista com maioria de votos. Agora, pretende ampliar a participação do capital privado e entregar a gestão da Eletrobrás aos futuros acionistas majoritários. Nas discussões de como isso será feito, a questão da Itaipu Binacional, pertencente ao Brasil e ao Paraguai, merecerá tratamento especial. Embora controlada pela Eletrobrás, a mudança na gestão da holding brasileira não poderá afetar a usina, regida pelo Tratado de Itaipu, assinado em 1973. No documento, os dois governos encarregaram a Administración Nacional de Eletricidad e a Eletrobrás de implantar Itaipu, para explorar os recursos hidráulicos condominiais no trecho de fronteira do Rio Paraná.

O tratado é um documento binacional que observa os princípios e valores inscritos na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. A Usina de Itaipu, que em 2016 bateu o recorde mundial de geração de eletricidade, é resultado de um dos maiores feitos da engenharia moderna, precedido de outro feito também espetacular: o modelo jurídico e institucional exaustivamente negociado por diplomatas brasileiros e paraguaios, com apoio de renomados juristas dos dois países. Esse patrimônio intangível, mas tão valioso quanto as barragens e turbinas que transformam água em energia limpa para os dois países, será protegido nesta nova fase prevista para a Eletrobrás, que certamente será de muito sucesso.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Edna Simão | De Brasília

**Título:** Descontingenciamento depende de leilão de usinas da Cemig

A liberação de recursos contingenciados do Orçamento deste ano ainda está sendo analisada pela equipe econômica pois depende de confirmação das receitas com leilão das usinas das hidrelétricas da Cemig e a entrada de recursos precatórios nos cofres do Tesouro Nacional.

A expectativa inicial era que algum descontingenciamento fosse feito com a divulgação do relatório bimestral de receitas e despesas, na sexta-feira. Mas até ontem existiam dúvidas sobre se a liberação será possível.

Quando a equipe econômica anunciou o aumento da meta de déficit primário para R\$ 159 bilhões para este e para o próximo ano, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a medida poderia possibilitar o descontingenciamento de algo entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Porém, a área econômica quer a confirmação das receitas com Cemig e precatórios para liberar o dinheiro, porque o cumprimento da meta - déficit de R\$ 159 bilhões - neste ano não será fácil. Começaram a surgir rumores de que seria necessário novo ajuste na meta, o que um técnico da área econômica negou.

O governo espera contar neste ano com R\$ 15 bilhões do leilão das hidrelétricas da Cemig (R\$ 11 bilhões) e dos precatórios que estão nas mãos do Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (R\$ 4 bilhões). "[Essas receitas] Dependem decisões que não tem nada haver com os ministérios do Planejamento e da Fazenda. A Cemig depende de decisão do STJ e a outra de encaminhamento da CGU", explicou uma fonte do governo.

Até o momento, não há informação sobre se haverá mudança de parâmetros econômicos neste relatório, como inflação, crescimento. Mas o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem dito que a estimativa do governo de crescimento deste ano (0,5%), poderia ser ampliada para algo próximo de 1%, o que também afetaria a previsão para 2018.

Conforme informado pelo **Valor**, cálculos iniciais de técnicos da equipe econômica já apontam para uma expansão de 0,7% do PIB neste ano. Uma alteração na projeção de crescimento impacta positivamente as receitas.

Sobre a peça orçamentária de 2018, a equipe econômica não quer se comprometer com uma data fechada para o envio ao Congresso Nacional da mensagem modificativa da Proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA). O encaminhamento depende de o presidente Michel Temer assinar as medidas provisórias com as medidas que viabilizam redução de gastos e aumento de receitas.

A expectativa, no entanto, é que essa "correção" da peça orçamentária seja encaminhada no fim do mês. Segundo fonte ouvida pelo **Valor**, a prioridade da área econômica nesta semana é construir o relatório bimestral de receitas e despesas primárias, que será apresentado na sexta-feira.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio****Título: Tarifa de energia poderá ter bandeira vermelha em outubro**

Sem melhora na previsão de chuvas no país, autoridades do setor elétrico já começam a dar como certo o acionamento da bandeira tarifária vermelha em outubro. Ontem, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, confirmou a indicação, não se arriscando a dizer se será no Patamar 1-custo adicional de R\$ 3,00 por cada 100 quilowatt-hora (kWh) - ou Patamar 2 - R\$ 3,50 por cada 100 kWh. Atualmente, a conta de luz dos consumidores de todo o país indica a bandeira amarela -R\$ 2,00 por cada 100 kWh.

Rufino disse que já fez previsões anteriormente sobre o acionamento de bandeiras e errou. Ele considera que a definição do valor médio mensal do Custo Marginal de Operação (CMO), estimado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), tem ficado "muito alto". Ontem, no intervalo da reunião da diretoria, o diretor já antecipava que a elevação dos custos de geração seria um dos temas prioritários da reunião extraordinária realizada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

As autoridades do setor, reunidas no comitê, discutiram a possibilidade de liberar o despacho de térmicas fora da ordem de mérito- sem o critério do menor custo de operação das usinas - com o objetivo de melhorar as condições de atendimento da demanda. Se houvesse a confirmação dessa decisão, aumentariam as chances de acionamento do Patamar 2, em outubro.

Após a reunião, o CMSE informou que decidiu que não seriam acionadas as usinas térmicas mais caras do sistema, apesar da previsão de baixo volume de chuvas que poderia comprometer a recuperação do nível dos reservatórios das grandes hidrelétricas do país. "O CMSE não recomendou a geração termelétrica fora da ordem de mérito após avaliação de custo-benefício. Apesar do indicativo do atraso do período úmido, não há risco de desabastecimento de energia no país", informou o comitê.

Segundo o comitê, haverá o esforço para garantir o retorno operacional de usinas indisponíveis, mas que apresenta "preços competitivos". O comunicado cita Araucária, Cuiabá e Termonorte II.

Antes da reunião, Rufino disse que medidas seriam discutidas pelo CMSE para evitar o acionamento do Patamar 2 da bandeira tarifária vermelha nos próximos meses. No intervalo da reunião da diretoria, explicou que o acionamento do

Patamar 2 poderia ser evitado com a redução do custo de geração do sistema ao optar pela alternativa de importação de energia elétrica da Argentina e do Uruguai e a realização de campanhas de conscientização dos consumidores sobre o uso racional da eletricidade.

Segundo o diretor da Aneel, a energia enviada pelos países vizinhos é mais barata do que a gerada pelas térmicas mais caras do sistema. Sobre a possibilidade de importação de energia elétrica, **o Ministério de Minas e Energia** informou, após a reunião do CMSE, que apenas vai aumentar a importação "na medida que for possível".

Outra medida estudada era a busca da conscientização dos consumidores. Rufino ressaltou que não se trata de adotar uma medida drástica de racionamento do consumo de energia, pois a redução de demanda não será imposta pelo governo. "A ideia é que, quem puder, gerencie melhor a carga com o consumo mais consciente e eficiente. Assim o sistema terá necessidade de despachar uma menor quantidade de térmica", disse ele, se referindo à geração mais cara.

O diretor da autarquia considera que a discussão sobre o uso racional da energia tem deixado de ser um tabu no setor elétrico. Na recente seca mais severa enfrentada pelo setor, em 2014, as autoridades do governo se recusavam a discutir qualquer ação de uso consciente da energia. Havia o receio de que a iniciativa fosse associada à crise de abastecimento no setor que levou a população a enfrentar o racionamento de 2001.

Especialistas do mercado de energia já têm feito projeções considerando os cenários com acionamento da bandeira vermelha. A consultoria Thymos estima que o nível de armazenamento dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 70% da capacidade de acumulação de água para geração de energia do país, alcance 19% no fim de outubro, quando termina o período seco, patamar inferior aos 21% registrados em igual período de 2001, quando houve racionamento de energia no país.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Opinião

**Autor:** Pedro Ferreira e Renato Fragelli

**Título:** Privatizar é de esquerda

Ao longo das últimas semanas, a significativa melhoria do ambiente de negócios brasileiro, ocorrida após a queda de Dilma Rousseff, foi ilustrada por quatro notícias aparentemente não relacionadas. Todas na direção contrária ao que pregam aqueles que, embora se autodenominem de esquerda, defendem em

última instância a transferência de recursos públicos para grupos de pressão organizados.

A primeira notícia foi a previsível condenação pela OMC das principais políticas industriais do governo anterior, em particular o programa Inovar Auto. O programa elevou o IPI sobre automóveis importados, mas ofereceu descontos do mesmo imposto para empresas que produzissem no país. Além de infringir acordos internacionais de que o Brasil é signatário, o programa encareceu os automóveis importados e por consequência todos os demais veículos vendidos no mercado doméstico, beneficiando a indústria automobilística em detrimento do consumidor. Além disso, promoveu uma expansão da capacidade produtiva que se tornou ociosa diante da recessão doméstica, num claro desperdício de recursos patrocinado pelos defensores da política industrial a qualquer preço. Ainda não estão definidas as retaliações comerciais a serem impostas ao país.

A segunda foi a eliminação da tarifa de importação sobre máquinas e equipamentos sem similar nacional. Trata-se de um importante passo visando ao barateamento do custo das cadeias produtivas domésticas. O Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda tributam a importação de bens intermediários, tecnologia de informática e máquinas em geral. Como já demonstrado em inúmeros trabalhos empíricos ignorados pelos defensores do protecionismo, a redução de barreiras comerciais sobre insumos de produção, por aumentar a competição no mercado doméstico e ampliar o acesso a novas tecnologias, eleva a produtividade da economia promovendo o desenvolvimento.

### ***A privatização impede a transferência de dinheiro público para as mãos de poucos e reduz a corrupção***

A terceira notícia foi a aprovação da TLP. Estudo da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda estimou em R\$ 218 bilhões o subsídio implícito nas operações envolvendo a TJLP entre 2012 e 2016. Não se conhece qualquer avaliação séria sobre o impacto dessas transferências, mas sabe-se que seu custo ultrapassa o do programa Bolsa Família (R\$ 30 bilhões por ano), política com grande impacto sobre a redução da pobreza. A introdução da TLP interrompe essa insanidade, aumenta a transparência da alocação de recursos públicos, bem como imporá disciplina na discussão sobre o volume e destinação de subsídios custeados pela sociedade.

O ataque agressivo à TLP por senadores que se dizem de esquerda, municiados por economistas que comungam das mesmas ideias, mostra que beneficiar setores escolhidos está na lista de suas prioridades. Convenientemente, ignoram-se usos alternativos dos recursos que certamente poderiam atingir

grupos mais necessitados. Estudo de Marco Bonomo e co-autores estima o valor presente da economia com a introdução da TLP em torno de R\$ 100 bilhões.

A quarta notícia foi a futura rodada de privatizações e concessões. Entre as empresas a serem transferidas para a iniciativa privada estão a Eletrobrás, Casa da Moeda e vários aeroportos. Imediatamente um coro de oposição, formado por políticos de diferentes partidos e ideologias, militantes de esquerda - sempre eles - e economistas heterodoxos, se formou em oposição ao que intitulam "mais um ataque ao patrimônio nacional". Políticos mineiros do PT e PSDB se uniram contra a privatização de Furnas; enquanto os nordestinos cerram fileiras pela manutenção da Chesf nas suas mãos, ou melhor, "nas mãos do povo brasileiro".

O sucesso das privatizações, em destaque a CSN, Vale do Rio Doce, Embraer e o setor de telecomunicações, mostrou que os ganhos potenciais de produtividade após a privatização são imensos. Emprego, produção e lucratividade cresceram significativamente. O retorno para o Estado na forma de impostos superou com folga os baixos dividendos recebidos antes da privatização. O mesmo deve ocorrer com as empresas do grupo Eletrobrás. Além disso, projetos de retorno duvidoso, como Belo Monte, aprovado de cima para baixo sem discussão com a sociedade, ignorando relatórios técnicos negativos e os direitos das populações locais, não serão mais implantados, liberando recursos públicos para usos com maior retorno social.

A veemente oposição de políticos dos mais diferentes matizes ideológicos à privatização mostra que as forças patrimonialistas sabem exatamente onde estão os maiores ganhos. Chega a ser irônico ver a militância que se diz de esquerda apoiar esses interesses, dando uma roupagem ideológica e estofo intelectual à rapina. Por anos Furnas foi comandada por políticos do PMDB carioca - como Eduardo Cunha - e mineiros do PSDB. O mesmo se observa em outras estatais e empresas públicas - Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNB, Valec, DNIT, BR Distribuidora, Casa da Moeda, Petrobrás, Infraero, Cedae, Cemig, Banrisul, etc -, não havendo qualquer desprendimento ou preocupação com a coisa pública, mas interesses partidários e pessoais pouco republicanos que em nada beneficiam a população em geral.

Ao contrário do que pensam os autointitulados defensores do povo brasileiro, não existe um Estado abstrato, altruísta e otimizador capaz de defender o patrimônio nacional e os interesses da população. O que há é a Casa da Moeda nas mãos do PTB, Furnas nas do PMDB carioca, Docas nas mãos do PMDB paulista, Petrobrás dividida entre PP, PT e PMDB, e assim por diante. Geddel como diretor da Caixa Econômica não é um acidente, mas a lógica do sistema. Nesse sentido a privatização é uma medida progressista e, por que não, de esquerda. Ela impede a transferência de dinheiro público para a mão de poucos,

reduz a corrupção e espaço para políticas patrimonialistas, aumenta a eficiência econômica e libera recursos e pessoal para a implementação de políticas que realmente importam: educação de qualidade, saúde, saneamento, infraestrutura e segurança.

**Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento**

**Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: José Antônio Bicalho | Para o Valor, de Belo Horizonte**

**Título: Anglo American aguarda licença para iniciar investimento em MG**

A matriz da Anglo American, em Londres, já aprovou o investimento de R\$ 1 bilhão a ser realizado em sua mina de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais. Só aguarda o sinal verde da licença ambiental para internalizar os recursos. A companhia britânica assegura que poderia iniciar as obras da terceira fase de ampliação da mina ainda neste ano. Segundo o presidente da unidade brasileira da mineradora, Ruben Fernandes, cumprida essa etapa, seria possível dar início às operações de produção no quarto trimestre de 2018.

Com isso, informou o executivo, até o final de 2019 a empresa atingiria a capacidade nominal prevista para o enorme complexo minerador - 26,5 milhões de toneladas por ano. Atualmente está no patamar de 17 milhões de toneladas, limitada por essa terceira e última fase do projeto, que foi adquirido de Eike Batista uma década atrás e iniciou operações três anos atrás com um bom tempo de atraso e estouro no orçamento de implantação.

A título de comparação, a segunda maior mina de ferro do Brasil, e primeira de Minas Gerais, Brucutu, que é operada pela Vale, tem capacidade para pouco menos de 30 milhões de toneladas.

"Nosso problema, hoje, é escala. Temos uma operação robusta, mas ainda não estamos na escala ideal", afirmou Fernandes, que ontem participou de uma mesa de debates no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, que acontece em Belo Horizonte.

A operação brasileira da Anglo American já apresenta geração de caixa (pelo conceito Ebitda - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) positiva desde o ano passado, mas ainda não é lucrativa. No segundo semestre

de 2016, o Ebtida foi de US\$ 253 milhões, contra uma perda de US\$ 9 milhões no mesmo período do ano anterior.

A terceira etapa agregará 9 milhões de toneladas ao ano, complementando a capacidade nominal de todo o projeto, ao nível de produção atual de 17 milhões de toneladas anuais, fruto de duas de investimentos já concluídas.

Segundo Fernandes, todo o investimento será feito na abertura de acessos, obras de infraestrutura e tratamento da área da mina, e no alteamento da barragem de rejeitos. As demais estruturas do complexo, formadas por usina de beneficiamento, mineroduto de 529 quilômetros (o maior do mundo) e porto próprio (em São João da Barra, no estado do Rio) já possuem capacidade para as 26 milhões de toneladas anuais.

Mesmo sem a escala ideal, Fernandes disse que a operação "já é competitiva" com a cotação atual do minério de ferro, em torno de US\$ 70 a tonelada. Mas a necessidade de escala permanece em função da volatilidade e insegurança em relação ao comportamento futuro de oferta, demanda e preços. Apesar do minério de Conceição do Mato Dentro ser considerado pobre, com teor médio de 40%, o sistema de beneficiamento do projeto permite um produto final com concentração entre 68% e 69%, considerado premium e que alcança bônus sobre a cotação básica da commodity.

Fernandes creditou o atraso no processo de licenciamento "à necessidade de maior interação com a sociedade, que ficou mais exigente desde o acidente da Samarco". Ele disse que foi necessário reestruturar todo o planejamento de audiências públicas e apresentação de estudos ambientais, sociais e espeleológicos para as comunidades e o governo estadual. "Precisamos traduzir melhor, explicar melhor todo o projeto. É natural que as exigências tenham aumentado", disse.

O executivo negou que a Anglo American tenha, em algum momento, planejado ou aventado a venda do sistema Minas-Rio, que é a estrutura logística integrada do projeto, composto pelo mineroduto e porto.

"As dificuldades (em nível mundial) da Anglo American nos levaram a uma estratégia de desinvestimento. Em setembro (de 2016) concluímos a venda das nossas unidades de nióbio e fosfato no Brasil. Também colocamos à venda as minas de níquel em Goiás (Niquelândia e Barro Alto), mas as propostas não foram compensadoras e desistimos. Agora, o Minas-Rio nunca esteve à venda", disse.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: De Belo Horizonte****Título: Otimismo moderado para o minério de ferro**

Os economistas e analistas especialistas em commodities minerais estão conservadoramente otimistas em relação ao preço futuro do minério de ferro no médio prazo. Segundo quatro destes especialistas, que participam da mesa "Mercado Global de Preços das Commodities Minerais: perspectivas e tendências", no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte, o preço do minério de ferro, com teor de 62% entregue na China, deve se manter no patamar atual, em torno de US\$ 70 a tonelada, ou refluir ligeiramente no próximo ano. Mas defendem que não há perspectiva de pressões baixistas que venham a derrubar as cotações para baixo dos US\$ 60 a tonelada até o fim de 2018.

No ano, o minério acumula queda de 12,7%, mesmo percentual de recuo registrado em setembro. Do pico recente registrado em 22 de fevereiro, de US\$ 94,30, a cotação retrocede 27%. Todavia, a commodity deve terminar o terceiro trimestre com desempenho forte. Até agora, a média de preços é de US\$ 72,39, 14,9% a mais do que entre abril e junho e alta de 24% em relação ao mesmo período de 2016. Considerando os últimos onze trimestres, o atual preço médio só perde para os US\$ 85,63 do primeiro trimestre deste ano.

Ed Rawle, chefe de pesquisa de mercado e especialista em commodities da Wood Mackenzie, disse que a recuperação dos preços no último um ano e meio garantiu oxigênio para as grandes mineradoras, mas que os preços tendem a cair e manterem-se próximos dos US\$ 60 a tonelada até a eliminação de parte significativa do excesso de oferta existente hoje no mundo, avaliada por ele entre 60 milhões e 80 milhões de toneladas. Ante este quadro de ajuste, Rawle acredita que estamos, hoje, no pico de preços do atual ciclo de recuperação, mas que a tendência natural é de que a cotação oscile próximo dos US\$ 60 a tonelada pelo menos até o fim de 2018, o que tiraria do mercado capacidades menos produtivas e que trabalham com minérios mais pobres.

Paul Fraser Robinson, Diretor do CRU Group, do Reino Unido, concorda que não existe justificativa de demanda para a continuada alta dos preços, mas acredita na manutenção de margens saudáveis, principalmente para minérios de alto teor. "Com o coque metalúrgico a US\$ 320 a tonelada, as siderúrgicas estão pagando bons 'spreads' pelo minério de maior concentração", disse.

John Mothersole, diretor de Pesquisa do IHS Markit, dos Estados Unidos, a desaceleração do crescimento da China é fator inibidor da manutenção da

evolução positiva dos preços do minério. Em contraposição, a normalização de taxas de juros pós-recessão leva a uma mudança na posição dos investidores para o complexo de commodities no curto prazo. Ele também citou a imposição de limitações das importações chinesas de sucatas e retorno das siderúrgicas ao minério primário. Colocadas as variáveis na balança, a tendência seria de estabilidade, com fraco viés de recuo das cotações em 2018.

Já Sigurd Ivo Mareels, analista da McKinsey & Company, disse que a correção dos preços desde a grande depressão de 2015 se deu pela paulatina absorção da sobre capacidade mundial pela China, que fechou uma série de minas domésticas e passou a importar mais. Segundo ele, os riscos futuros recaem basicamente sobre os produtores de minério de baixa qualidade, já que a diferenciação de preços e o pagamento de prêmio por qualidade é uma tendência.

"Apesar da recuperação, uma certa sobre capacidade vai continuar. Estamos otimistas, mas existem riscos", disse ele, que aponta o comportamento do preço do petróleo e sua influência sobre a cotação do minério de ferro como o maior deles.

Apesar da perspectiva de estabilidade dos preços do ferro em bom patamar, Paul Fraser Robinson, da CRU Group, disse que as melhores perspectivas futuras estão abertas para os minerais ligados à geração verde de energia, como cobre, zinco e cobalto. "Os investidores deveriam olhar mais detidamente para estes produtos, que sinalizam melhor retorno médio e longo prazos", afirmou. Estes minerais estão ligados ao mercado de fabricação de veículos elétricos e híbridos que, segundo Robinson, terão aumento continuado de demanda nos próximos anos.

"Já começa a faltar concentrados. Simplesmente não há unidades para compensar o declínio continuado de zinco, por exemplo. Este é o (segmento do setor) mais sensível para picos de preços", afirmou. A exceção seria o lítio, também usado na fabricação de baterias, mas onde "já existem projetos demais". Segundo Robinson, as mineradoras e investidores em mineração devem procurar estar em algum nível expostos à evolução verde da geração de energia, que além dos veículos elétricos inclui as turbinas eólicas e os painéis fotovoltaicos. "Acredito que não haverá grande pressão de preços até o fim da década, mas trata-se de uma tendência, de um movimento irreversível, e é bom estar exposto a ele". **(José Antônio Bicalho, com colaboração de Renato Rostás, de São Paulo)**

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza e José Antônio Bicalho | De Belo Horizonte****Título: Especialista diz que Samarco só volta no fim de 2018**

A mineradora Samarco, responsável pela tragédia ambiental ocorrida em 2015 em Minas Gerais, precisará de mais um ano até conseguir retomar suas atividades. A avaliação é de Paul Robinson, diretor da consultoria britânica CRU Group, especialista no setor de mineração.

Robinson lembra que a empresa - pertencente à Vale e à australiana BHP - era um dos principais players do segmento de pelotas de ferro, produto de qualidade elevada, muito demandado pelo mercado de aços especiais e que alcança bons spreads. O problema são os processos de licenciamento que a companhia ainda precisa vencer.

"Prevemos que o retorno ocorra no fim de 2018", disse ele ao **Valor**, nesta terça-feira, no intervalo de um debate do qual participou no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, que acontece até quinta-feira em Belo Horizonte.

Parada desde de novembro de 2015, quando uma de suas barragens de rejeito de minério se rompeu na cidade de Mariana (MG), a Samarco já reviu por suas vezes suas expectativas de retomada das atividades. Um cenário apontava para uma volta no fim de 2016; depois para o fim de 2017. As duas previsões foram frustradas e a empresa deixou de falar em prazos. Duas licenças necessárias para a reabertura estão tramitando nos órgãos ambientais de Minas Gerais.

"Consideramos que a Samarco tem um produto de boa qualidade", disse Robinson. "Se voltar a produzir, a empresa conseguira vendê-lo a um valor acima dos preços normais do mercado." O consultor considera que a volta das atividades da mineradora custará à empresa cerca de US\$ 700 milhões, e gerará retorno financeiro que continua sendo atraente para Vale e BHP.

A Samarco, disse Robinson, se somará aos dois outros grandes projetos de ampliação de capacidade a serem entregues no mundo no próximo ano, um da BHP Billiton e outro da Anglo American. "A partir de então, o mundo não precisará de novos projetos de expansão ou novas capacidades. Acredito que os investimentos (em minério de ferro) passarão a estar focados em qualidade", disse ele durante um debate com outros consultores.

Para o especialista britânico, a Samarco tem de lidar com três desafios - obter as licenças ambientais, criar de um plano de mais longo prazo sobre onde

depositar rejeitos uma vez que a atividade seja retomada e convencer a sociedade.

"O maior desafio será garantir que a retomada se dará de uma forma socialmente aceitável", avalia ele. "As pessoas precisam aceitar o retorno. E acho que há muito trabalho que ainda precisa ser feito para a empresa conseguir que seu retorno seja aceito socialmente."

O desmoronamento da barragem de Fundão provocou danos ambientais sem paralelos no país e levou 19 pessoas à morte.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

**Título:** Setor cobra rapidez na definição das regras

**O Ministério das Minas e Energia** avalia que o setor de mineração sofrerá um retrocesso no Brasil caso o Congresso Nacional não aprove a tempo as medidas provisórias que alteram regras do setor.

O governo do presidente Michel Temer enviou em julho ao Congresso três Medidas Provisórias que precisam ser votadas até novembro. Elas tratam da criação de uma agência reguladora da mineração, a reformulação de pontos do código mineral e, o que alimenta críticas das mineradoras, aumento das alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) de minério de ferro, ouro, nióbio e diamante pagos pelas empresas.

"Esperamos que o Congresso tenha celeridade para que possamos ter essas medidas provisórias no prazo. Seria um retrocesso se elas caíssem", disse ao **Valor** o secretário de Geologia do ministério, Vicente Lôbo. As medidas estão sendo avaliadas em três comissões na Câmara Federal e já receberam quase 500 sugestões de alterações.

Lôbo, que participa esta semana do 17º Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte, diz que as mudanças propostas pelas MPs têm como objetivo dar mais segurança jurídica e regras claras para investimentos no setor.

Mineradoras, entre elas a Vale, criticam o aumento da Cfem, dizendo que isso vai afetar a competitividade do Brasil como exportador de recursos minerais. O governo diz que as revisões das alíquotas e outras medidas vêm sendo discutida há tempos com o setor.

As discussões sobre mudanças nas regras da indústria mineral se arrastam há quatro anos. Paul Robinson, diretor da consultoria britânica, CRU Group, que esteve ontem no congresso, afirmou que o país precisa levar em conta que aumentos de alíquotas impactam os custos de exportação e podem, consequentemente, afetar a competitividade de mineradoras.

Por outro lado, disse que o que mais incomoda as companhias e seus planos de investimento não é necessariamente aumento de impostos, mas a incerteza das regras para o setor. Em paralelo à tramitação das MPs, o ministério também tenta levar adiante uma pauta de concessões à iniciativa privada de quatro blocos de mineração.

As áreas são de fosfato no Pernambuco e Paraíba, de carvão no Rio Grande do Sul, de cobre, chumbo e zinco em Tocantins e de cobre em Goiás. Todas pertencem à CPRM, o Serviço Geológico do Brasil, empresa pública ligada ao Ministério das Minas e Energia.

"Vinte e oito empresas interessadas já procuraram a CPRM, entre elas mineradoras e fundos do Brasil, Canadá, Reino Unido, Austrália e China", disse o presidente do CPRM, Eduardo Ledsham.

O governo tinha a expectativa de publicar os editais para as licitações no fim deste ano, mas agora considera o prazo de março de 2018. A licitação, se tudo sair como planejado, poderá ocorrer semanas após a publicação.

Representantes da CPRM, que estão esta semana na China para encontros com técnicos do serviço geológico local, terão também encontros para promover o leilão das quatro áreas, segundo Ledsham.

O governo ainda não definiu os preços mínimos das quatro áreas que serão licitadas no contexto do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). A licitação das quatro áreas é uma tentativa do governo de imprimir uma marca de abertura de mercado e desburocratização do setor mineral. Outra oferta, bem mais ampla, também está em fase de preparação, com expectativa de que possam ocorrer também no próximo ano.

Segundo Lôbo, a intenção é que os primeiros 1.000 direitos minerários de um total de 20 mil sejam leiloados também no primeiro semestre de 2018.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Mudança na CCEE pode afetar Eletrobrás em R\$ 870 mi

A proposta de alteração do mecanismo de rateio da inadimplência no mercado de curto prazo de energia, incluída em nota técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pode causar um impacto de R\$ 870 milhões à Eletrobrás. A estimativa é da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel), em carta enviada ao diretor-geral da autarquia, Romeu Rufino, sobre o assunto, a qual o **Valor** teve acesso.

Conforme antecipado ontem de manhã pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a Abraceel questiona a proposta de alteração de rateio da inadimplência, da ordem de R\$ 3 bilhões. Na prática, a nota técnica da Aneel, colocada em audiência pública na última semana, sugere que o modelo de rateio adotado até hoje, cuja inadimplência é repartida pela proporção do montante de energia que cada agente credor possui na liquidação mensal do mercado, seja substituído por um mecanismo em que os débitos existentes, inclusive aqueles decorrentes de decisões judiciais, sejam rateados entre todos os agentes, proporcionalmente ao número de votos de cada um na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"Tomando-se o exemplo da Eletrobrás, que possui elevado número de votos na CCEE, a mera possibilidade de que essa empresa venha a arcar com nova despesa, de proporções milionárias, resultante do rateio dos valores hoje inadimplidos por terceiros, certamente reduz seu valor de mercado, e é claramente contraproducente à privatização proposta pelo governo, minando inclusive os esforços do **MME [Ministério de Minas e Energia]** em promover uma reestruturação do setor. Estimamos que a aprovação da medida trará um impacto de R\$ 870 milhões no caixa da Eletrobrás, no mês à publicação da norma, nos termos da minuta de norma divulgada", afirma Abraceel no documento.

A conta da associação considera a participação de 29% da Eletrobrás no total de votos da CCEE e o total de inadimplência da última liquidação do mercado de curto prazo, de R\$ 3 bilhões.

Pelo modelo atual, as empresas credoras na liquidação da CCEE que estão mais sofrendo com a inadimplência são as geradoras termelétricas. Nesse caso, a principal prejudicada é a Petrobras.

Em correspondência recente enviada à Aneel, a Petrobras propôs que se altere "com urgência a regulamentação acerca do rateio da inadimplência e não pagamentos [da liquidação], de forma que esse rateio passe a ser feito entre todos os agentes de mercado, e não mais somente entre os credores da liquidação".

Para algumas fontes do setor, contudo, a mudança proposta gera um impacto expressivo para a Eletrobrás e as comercializadoras e os consumidores de energia, que arcarão com um prejuízo com os quais não têm relação.

"Avaliamos que faltou sensibilidade à Aneel ao abrir a discussão para um tema tão controverso", afirmou o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, em nota à imprensa. Segundo o executivo, o primeiro passo seria discutir os motivos que levaram à formação de uma inadimplência tão elevada para que se evite a repetição do erro no futuro. "Sem esse debate, corre-se o risco de se entrar novamente numa ciranda de 'judicialização'", completou.

Na carta entregue à Aneel, e que foi enviada também ao presidente do conselho de administração da CCEE, Rui Altieri, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a Abraceel solicitou que seja suspensa a audiência pública.

Com relação à audiência pública, o processo será feito em duas etapas. Na primeira, será discutida a nota técnica. E, na seguinte, serão discutidas as contribuições enviadas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Stella Fontes e Graziella Valenti | De São Paulo

**Título:** Braskem terá apenas ações ordinárias

A Braskem vai anunciar em breve a decisão de converter suas ações preferenciais (PN) em ordinárias (ON). É com esse passo que as controladoras, Odebrecht e Petrobras, vão dar a largada, neste ano, na reorganização societária colocada em marcha com a revisão do acordo de acionistas.

Na B3, a Braskem está avaliada em R\$ 34 bilhões. As ações preferenciais classe A (PNA), as mais líquidas, fecharam o dia em R\$ 42,12, e as ordinárias, em R\$ 43. Ambos os papéis estão próximos da máxima das últimas 52 semanas. Desde meados do ano, o desconto histórico que as ordinárias tinham frente às preferenciais - pela menor liquidez - veio diminuindo, até deixar de existir.

O projeto de reestruturação é mais amplo e inclui a mudança de sede da companhia para os Estados Unidos, a rescisão do acordo de acionistas e uma oferta de ações para que a Petrobras venda sua participação no negócio na bolsa de Nova York (Nyse), conforme o **Valor** antecipou em agosto.

Procurada, a Braskem afirmou que tal discussão cabe a seus sócios, mas disse estudar diversas alternativas de criação de valor para todos os seus acionistas.

O projeto vem sendo tratado como um relançamento da companhia no mercado, o que os bancos de investimentos chamam de Re-IPO, da sigla em inglês para "oferta inicial de ações".

Segundo fontes próximas às negociações, há consenso entre os sócios quanto a essa etapa da reestruturação. Porém, as demais ainda não tiveram os detalhes aprovados. O Santander foi contratado para desenvolver o modelo. Entre as indefinições está, por exemplo, o tratamento da empresa na B3 e dos atuais acionistas de mercado.

O entendimento é que a realização dessa parte antes não atrapalha o projeto completo. Ao contrário, tem até potencial de beneficiar o resultado final, uma vez que a expectativa é já "destravar" o valor da companhia que está pressionado pelos problemas de governança.

No caso da Suzano Papel e Celulose, que anunciou em 31 de julho a decisão de migrar para o Novo Mercado, os papéis da empresa subiram quase 36% desde então - vale ponderar que a melhora do mercado global de celulose contribuiu para esse movimento.

As discussões em Braskem ganharam ritmo nas últimas semanas e a conversão das preferenciais classes A e B (PNA e PNB) deve ocorrer em breve, conforme antecipou ontem à tarde o **Valor PRO**, serviço de tempo real do **Valor**.

Embora Odebrecht e Petrobras não descartem a venda ou combinação com outra companhia do setor, os trabalhos estão avançando em direção a uma operação em bolsa. Para a estatal, interessa iniciar ainda neste ano o processo de venda da fatia de 36% que detém na petroquímica. A preços de mercado, a fatia vale mais de R\$ 12 bilhões. Mas a percepção de quem trabalha na transação é que muito dificilmente mesmo essa etapa inicial seja concluída dentro de 2017.

Além do prazo de conversão, a operação precisa ser aprovada em assembleias geral e de preferencialistas. Os detentores de papéis sem voto decidem separadamente pois haverá redução no direito que possuem - essa espécie tem dividendo diferenciado. Como tem recibos de ações na Bolsa de Nova York (Nyse), a convocação de cada uma das assembleias precisa ser feita com 30 dias de antecedência.

Atualmente, 56,65% do capital da Braskem é composto por ações ordinárias e quase todas estão nas mãos dos controladores - Odebrecht tem 50,1% do capital votante e a Petrobras, 47%. As controladoras também são as maiores acionistas de preferenciais, com 23% e 22%, respectivamente.

A expectativa é que a conversão ocorra na base de uma ação preferencial para uma ordinária. Com isso, Odebrecht e Petrobras, donas de 38% e 36% do capital total, continuam controladoras com a soma de suas fatias - equivalente a 74% do capital total.

Dentro do plano das empresas, o acordo de acionistas deixaria de existir, pois a Petrobras sairia do negócio. Não está definido, porém, se essa rescisão será em etapas, pois depende da definição do modelo de venda das ações da estatal.

Na avaliação de uma fonte ouvida pelo **Valor**, a conversão de ações PN em ON é vantajosa seja qual for o modelo de venda da Petrobras.

Para a equipe de análise do Citi, que já trabalhava com a possibilidade de unificação das classes de ações, a operação é positiva do ponto de vista de governança e pode se refletir em valorização da empresa. Os analistas Pedro Medeiros, Fernanda Perez Da Cunha e Andrés Cardona, porém, se mostraram preocupados em caso de prêmio para as ordinárias.

Analistas do Santander afirmaram em relatório desta semana que, apesar do desempenho positivo em bolsa, a Braskem segue negociada a múltiplos desconto de 36% frente a pares internacionais

Do lado da Braskem, boa parte das pendências para a transferência de sede e provável oferta de ações em Nova York foi eliminada. Há pouco mais de um mês, a companhia publicou as demonstrações financeiras de 2016 e os balanços do primeiro e segundo trimestres auditados. Falta agora encaminhar à Securities and Exchange Commission (SEC) o relatório 20-F de 2016. A petroquímica indicou que deve arquivar o documento antes de novembro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

## Total em energia

A petroleira francesa Total assinou acordo para adquirir participação de 23% da EREN RE, geradora de energias renováveis (eólica, solar e hidrelétrica), com atuação na Ásia, África e América Latina. O negócio envolve o aporte pela Total de € 237,5 milhões (cerca de R\$ 885 milhões) em uma operação de aumento de capital da EREN. O acordo assinado pelas companhias prevê ainda a possibilidade de a Total assumir o controle da EREN depois de cinco anos. Criada em 2012, a EREN possui hoje um parque gerador em operação e em construção

de 650 megawatts (MW). O objetivo da companhia é alcançar pelo menos 3 mil MW de capacidade instalada em 2023.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo

**Título:** Consumo de aço mantém trajetória de recuperação

Sustentado pela maior demanda por aços planos, o consumo de produtos siderúrgicos no Brasil seguiu em recuperação durante agosto, mostram dados divulgados ontem pelas duas principais entidades do setor - o Instituto Aço Brasil e Inda, que reúne as distribuidoras de aço plano.

Segundo o Aço Brasil, o consumo aparente - índice que reúne vendas internas e importações - foi a 1,74 milhão de toneladas no mês passado, 9,6% a mais ante o mesmo mês de 2016. Esse resultado veio com o aumento de 4,8% nas vendas das usinas, em igual comparação, para 1,55 milhão de toneladas, e alta de 73,6% nas importações, para 191 mil.

Com isso, nos 12 meses até agosto, o consumo encontra-se em 19 milhões de toneladas - taxa anualizada que representa alta de 3,4% sobre o total apresentado em 2016.

Já o Inda revelou avanço de 19,2% nas vendas da rede no mês, em base anual. O volume chegou a 301,7 mil toneladas. As importações, por sua vez, aumentaram 160,8% e atingiram 116,4 mil toneladas. Com isso, o giro dos estoques foi ao menor nível desde 2014, ficando em 3 meses. Segundo seus dados, o consumo aparente do produto, exceto folhas metálicas, totalizou 878 mil toneladas em agosto, 8,9% a mais do que no mesmo período de 2016.

"Definitivamente, os números mostram que o setor está se recuperando", disse o presidente da entidade, Carlos Loureiro. A retomada é observada especialmente no segmento de aços planos, puxada pelo setor automotivo. Nessa área, Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) são líderes.

A retomada está ligeiramente maior que a expectativa. Por isso, cresceram as chances de as vendas ficarem estáveis no ano. Por enquanto, a projeção oficial do Inda, segue em queda de 5%.

O Aço Brasil mostra que houve mais um mês de recuperação da venda pelas usinas de aço plano. Foram 928 mil toneladas, 9,8% em comparação anual. Cerca de um terço do consumo desse aço vem do setor automotivo. No caso de longos, ainda há baixa de 2,8%.

A importação continua sendo um fator acompanhado de perto pelo setor, mas, por enquanto, o movimento parece ter perdido força. Em relação a julho, de acordo com o Aço Brasil, as compras de produtos estrangeiros recuaram 6,4%. Considerando a análise de 12 meses, contudo, agosto foi o 12º mês consecutivo de alta na participação dos importados no consumo aparente, para 13,3%. Há um ano, essa penetração era de 8,9%.

Loureiro, do Inda, informou que encomendas feitas à China em meados de julho já estão chegando com força agora. Provavelmente, o número de importação vai surpreender em setembro, disse ele, principalmente de galvanizados e laminados a quente.

Nesse cenário de avanço dos importados, medidas de defesa comercial podem aliviar o mercado. Mas, para Loureiro, o alvo das siderúrgicas foi errado. "Essa briga pelo antidumping de laminados a quente [de China e Rússia] é tempestade em copo d'água", comentou. "A penetração no consumo de laminados a quente não foi nem de 4% neste ano. A situação para zincados é muito pior."

Está prevista para hoje a decisão da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) sobre o pedido da CSN, ArcelorMittal e Gerdau para uma tarifa antidumping nesse produto. A Abimaq, entidade de máquinas e equipamentos, protesta contra a adoção de sobretaxa, sob o argumento de que barrar as compras de aço estrangeiro abriria espaço para mais aumentos de preço das siderúrgicas.

Para o Citi, o momento positivo no mercado brasileiro deve persistir. Um dos motivos, diz relatório do banco, além da maior procura, é a continuidade dos altos níveis de preços internacionais. Os preços mais robustos do aço, especialmente na China, têm motivado reajustes por aqui. Para outubro já há pelo menos mais duas empresas promovendo aumento - um de 10,2%, da Usiminas, e outro igual de CSN. ArcelorMittal e Gerdau não informaram.

Esta rodada, no entanto, pode ter deixado os preços caros demais. Para Loureiro, o prêmio do laminado a quente, por exemplo, pode ficar entre 10% e 12%. Atualmente, antes dos últimos reajustes, esse prêmio estava entre 2% a 3%. No caso da bobina a frio, a situação é pior, pois o prêmio já se encontra ao redor de 12%, disse.

"A margem das siderúrgicas chinesas está na máxima pelo menos desde 2010, considerando o custo das matérias-primas e o preço do aço. Isso preocupa", opinou. "Até que ponto as usinas vão conseguir manter esse nível, caso o mercado lá se enfraqueça? Por isso, parece que aqui as usinas estão indo com muita sede ao pote."

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: CerradinhoBio busca diversificar matérias-primas para etanol**

Criada na época da expansão do setor sucroalcooleiro rumo ao Centro-Oeste, a CerradinhoBio busca diversificar suas matérias-primas para a produção de energia elétrica e etanol como forma de sustentar seu plano de crescimento. A estratégia inclui o uso de biomassas alternativas para a cogeração e até uso de milho para a produção do biocombustível, disse Paulo Motta, CEO da companhia.

A empresa, que teve receita de R\$ 811 milhões na última safra, inaugura hoje a expansão das operações de cogeração em sua usina em Chapadão do Céu, no sudoeste de Goiás. Os dois novos turbogeradores e a segunda caldeira recém-instalada dobraram a potência da unidade para 160 megawatts (MW) médios. Dessa forma, a planta é capaz de vender até 850 gigawatt-hora (GWh) por safra.

O pontapé para a expansão da cogeração se deu dois anos atrás, quando a CerradinhoBio também começou a fazer pequenos aportes na moagem de cana. Desde então, seu processamento saiu de 4,8 milhões de toneladas na safra 2015/16 para 5,4 milhões de toneladas na atual. No próximo ciclo, a usina deverá moer 5,7 milhões de toneladas, e novos aportes elevarão a capacidade de processamento até 6,3 milhões de toneladas a partir de 2021.

A nova caldeira, porém, também permite a utilização de outras biomassas. A CerradinhoBio já fez testes com sorgo sacarino e um "pequeno teste" com o capim braquiária. Neste momento, a unidade está rodando com cavaco de eucalipto, mas em uma etapa experimental, segundo Motta.

O uso de biomassas alternativas vai depender das condições de mercado. Além de em geral custarem mais caro, a obtenção dessas biomassas precisa ser programada com antecedência. O cavaco de eucalipto, por exemplo, está produzindo energia para um contrato bilateral por um preço de R\$ 260 p MW, com entrega por seis meses.

A diversificação de matérias-primas também está em estudo para o etanol. Por estar no Centro-Oeste, - coração da safra de grãos do país - a empresa avalia usar o milho para produzir o biocombustível.

As vantagens, disse Motta, são a proximidade com lavouras do grão e uma estrutura industrial já instalada. "Um projeto desses teria sinergias, como a parte de utilidades, de gestão e estrutura física. Mas também demanda um

investimento razoável, porque estamos falando de um processamento desde o recebimento do milho, estocagem até moagem, que é separada".

Segundo o executivo, a diversificação de fontes permite um melhor gerenciamento de riscos, favorecendo o plano de crescimento da companhia.

Para esta safra, a CerradinhoBio espera aumentar sua receita em 8,5%, para R\$ 880 milhões, e elevar em 17% seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) para R\$ 440 milhões. A perspectiva é que a venda de energia elétrica tenha uma participação maior na receita da companhia nesta safra, de 12,8%, ante 9% na temporada passada.

A partir da próxima safra, dois terços da receita com cogeração devem vir das vendas no mercado regulado. Atualmente, a CerradinhoBio entrega energia em três contratos, e um quarto começará a valer a partir do ano que vem.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Legislação & Tributos

**Autor:** Raul Furieri Pignaton Camargo de Azevedo

**Título:** ICMS sobre tarifas de energia elétrica

Depois de mais de 15 anos de discussão perante o Judiciário, os contribuintes e os Estados estão perto de um posicionamento final sobre a possibilidade ou não de se incluir na base de cálculo do ICMS o valor pago a título da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) e da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) nas operações de fornecimento de energia elétrica.

Como se sabe, há tempos, mais especificamente desde 2004 com a celebração do Convênio ICMS nº 117/2004 pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), os Estados e o Distrito Federal vêm cobrando, dos consumidores de energia elétrica, o ICMS sobre valores pagos a título de TUSD e TUST, valores estes que, via de regra, oneram em 10% a conta mensal de energia elétrica.

Porém, como não poderia deixar de ser, ao analisar a questão com base na Lei Kandir, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio da 1ª Seção, no Recurso Especial nº 960.476/SC, decidiu que o ICMS deve incidir apenas sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, ou seja, definiu que a base de cálculo do ICMS, nas operações envolvendo o consumo de energia elétrica, deve se restringir, tão somente, ao valor da energia elétrica realmente utilizada pelo contribuinte, de tal maneira que cifras outras alheias ao produto não podem ser integradas à base de cálculo para fins de apuração do imposto, posto que não constituem fato gerador do tributo.

***Diante desse quadro de incertezas, espera-se que o STJ, em definitivo, reafirme a sua jurisprudência dominante***

Nesse sentido, a partir de então, o STJ, de maneira firme, vinha decidindo pela impossibilidade de inclusão da TUSD e da TUST na base de cálculo do ICMS (AgRg no REsp 1.135.984/MG, AgRg no REsp 1.278.024/MG, AgRg no REsp 1.408.485 e AgInt no REsp 1.607.266/MT) até o julgamento, pela 1ª Turma, do Recurso Especial nº 1.163.020 em 20 de abril deste ano.

Na oportunidade, mesmo sem qualquer alteração fática ou jurídica da questão que justificasse uma guinada jurisprudencial, decidiu a 1ª Turma, por maioria, vencidos os ministros Napoleão Nunes e Regina Helena Costa, negar provimento ao recurso da empresa Randon para declarar a possibilidade de incidência do ICMS sobre a TUSD, com base no argumento de que a etapa de transmissão e distribuição não constituem mera atividade meio, mas atividade inerente ao próprio fornecimento de energia elétrica. Por essa razão, a TUSD integra o preço final da operação e, por conseguinte, a base de cálculo do imposto.

Assim, com o reavivamento da discussão e a instabilidade jurídica que dela surgiu, tanto os fiscos estaduais, quanto os contribuintes, se movimentaram para obter um posicionamento final das Cortes superiores. Foi então que, em junho, a matéria chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para aferição de repercussão geral por meio do tema nº 956 (RE 1.041.816). Na oportunidade, o STF, vencido o ministro Marco Aurélio, concluiu pelo caráter infraconstitucional da matéria, reconhecendo a competência do STJ para conceder interpretação final sobre a questão.

Nessa perspectiva, no STJ há dois recursos passíveis de julgamento com caráter vinculante, ou seja, submetidos à sistemática dos recursos representativos de controvérsia (art. 1.036 do CPC e art. 256 do RISTJ): o Recurso Especial nº 1.669.635 encaminhado pelo presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (relatoria da ministra Regina Helena Costa) e os Embargos de Divergência opostos no Recurso Especial nº 1.163.020 (relator ministro Herman Benjamin), cujo processamento na Corte Especial foi negado.

Portanto, ao que tudo indica, ambos os recursos serão julgados em breve pela 1ª Seção - órgão responsável por dirimir divergência de posicionamento entre as duas turmas de direito público.

Diante desse quadro de incertezas, espera-se que o Superior Tribunal de Justiça, em definitivo, reafirme a sua jurisprudência dominante, de modo a afastar da base de cálculo do ICMS os valores pagos pelos contribuintes a título de

remuneração da rede de distribuição de energia elétrica, mais especificamente relativos a TUSD e a TUST.

Não obstante, sem nos descuidarmos do fato de que, no Brasil, até o passado é incerto, caso o tribunal entenda por alterar sua orientação jurisprudencial, que faça valer o princípio da segurança jurídica e conceda apenas efeitos prospectivos a uma eventual decisão desfavorável aos contribuintes, como estabelece o parágrafo 3º, do artigo 927, do Código de Processo Civil.

**Raul Furieri Pignaton Camargo de Azevedo é advogado do escritório Bichara Advogados em Brasília**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

**MME / ASCOM .**